

CONTRADIÇÕES DA MODERNIDADE



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

FERNANDO FERREIRA COSTA

Coordenador Geral da Universidade

EDGAR SALVADORI DE DECCA



Conselho Editorial

Presidente

PAULO FRANCHETTI

ALCIR PÉCORÁ – CHRISTIANO LYRA FILHO

JOSÉ A. R. GONTIJO – JOSÉ ROBERTO ZAN

MARCELO KNOBEL – MARCO ANTONIO ZAGO

SEDI HIRANO – SILVIA HUNOLD LARA

Marcus Vinicius de Freitas

CONTRADIÇÕES DA
MODERNIDADE

O jornal *Aurora brasileira*
(1873-1875)

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990. Em vigor no Brasil a partir de 2009.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

F884c	Freitas, Marcus Vinicius de. Contrações da modernidade: o jornal <i>Aurora brasileira</i> (1873-1875) / Marcus Vinicius de Freitas. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011. 1. Periódicos brasileiros. 2. Brasil – História – Império, 1822-1889. 3. Liberalismo – Brasil. 4. Café – Aspectos econômicos. I. Título.	CDD 079.81 981.04 320.510981 338.17373
ISBN 978-85-268-0960-4		

Índices para catálogo sistemático:

1. Periódicos brasileiros	079.81
2. Brasil – História – Império, 1822-1889	981.04
3. Liberalismo – Brasil	320.510981
4. Café – Aspectos econômicos	338.17373

Copyright © by Marcus Vinicius de Freitas

Copyright © 2011 by Editora da Unicamp

Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada, armazenada em sistema eletrônico, fotocopiada, reproduzida por meios mecânicos ou outros quaisquer sem autorização prévia do editor.

Editora da Unicamp
Rua Caio Graco Prado, 50 – Campus Unicamp
CEP 13083-892 – Campinas – SP – Brasil
Tel./Fax: (19) 3521-7718/7728
www.editora.unicamp.br – vendas@editora.unicamp.br

AGRADECIMENTOS

No percurso da pesquisa e da redação deste trabalho, contei com o apoio de um grande número de pessoas e de instituições. A todas devo aqui agradecer, sob o risco de esquecer alguma.

Ao CNPq, pelo apoio ao meu estágio de pós-doutorado na Unicamp, através da concessão da bolsa de pós-doutorado sênior, durante o ano de 2009, quando foi realizada a maior parte da pesquisa;

À Congregação da Faculdade de Letras da UFMG e aos colegas do Setor de Teoria da Literatura, pelo apoio institucional;

A Francisco Foot Hardman — supervisor do meu estágio de pós-doutorado na Unicamp, onde boa parte da pesquisa para este trabalho foi feita — que, com sua generosidade, seguiu como interlocutor privilegiado deste texto quando apenas a amizade e o interesse científico passaram a ser o elo da interlocução, além de ter apresentado o meu trabalho à Editora da Unicamp;

A Fernando Baião Viotti, que me ajudou a fazer as primeiras tabelas de assuntos e de nomes da *Aurora brasileira*, quando este texto era ainda um ideia em gestação;

A Ema Franzoni, diretora do Arquivo Edgard Leuenroth, e a todos os seus funcionários, que, de maneira dedicada e generosa, me franquearam o acesso aos periódicos paulistas da segunda metade do século XIX que vão citados neste trabalho; a Ema Rodrigues Camillo, diretora de Processamento Técnico do Centro de Memória da Unicamp, que me abriu importantes sendas de pesquisa; a Maria Alice Paganotte, bibliotecária-chefe da Biblioteca César Bierrenbach, do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas, que me encontrou o raro texto da autobiografia de Francisco de Assis Vieira Bueno; a Maria Tereza de Arruda Campos, diretora do Arquivo Municipal de Rio Claro, pela atenção dispensada num momento em que o AMRC passava por grandes dificuldades operacionais; aos funcionários do Museu Republicano Convenção de Itu e aos funcionários da seção de documentos da Biblioteca Pública Estadual Luís de Bessa, em Belo Horizonte, pelo atendimento correto e eficiente;

A Elaine Engst, diretora da Carl A. Kroch Library — Division of Rare and Manuscript Collections, Cornell University, com quem tenho dialogado há muitos anos sobre a *Aurora brasileira*, a quem agradeço a oportunidade de ter me apresentado o jornal, ainda nos idos de 1998, e de ter me permitido trazer daquele arquivo uma cópia microfilmada do periódico, a partir da qual a pesquisa se constituiu; à mesma Elaine Engst e à sua assistente, Ana Guimaraes, pela presteza e eficiência, quando das negociações para a liberação dos originais através de cópia digital especialmente produzida para servir de base a esta edição;

A Maria Aparecida Pacheco Jordão, pelos dados pessoais que me forneceu sobre seu bisavô, Elias Fausto Pacheco Jordão;

Aos alunos do seminário de pós-graduação sobre os “Desencontros da modernidade”, ministrado pelo professor Francisco Foot Hardman, no IEL–Unicamp, no 1º semestre de 2009, que me receberam com tanto carinho e competência para um profícuo debate sobre o tema deste livro;

A Luiz Roberto Cairo, Jefferson Cano, Carlos Eduardo Ornelas Berriel e Ana Maria Chiarini, pela interlocução. Mesmo que, às vezes, tenha sido pequena, foi de grande importância;

Ao diretor, Paulo Franchetti, e aos pareceristas da Editora da Unicamp, pela eficiência e pelas sugestões criteriosas que em muito melhoraram os

originais deste trabalho. No mesmo sentido, aos atentos funcionários da Editora.

Nenhuma dessas pessoas, obviamente, tem qualquer responsabilidade sobre as ideias e os possíveis erros constantes deste trabalho, que ficam a cargo somente do autor.

Num plano pessoal, à minha família, pela paciência de me ver emendar um trabalho no outro, contingência natural da vida de professor e pesquisador.

NOTA DE EDIÇÃO

Em todas as passagens e citações retiradas do texto da *Aurora brasileira*, a ortografia foi atualizada, para fins de facilidade e compreensão, com exceção dos nomes próprios e dos nomes de seções do jornal, que foram mantidos com a mesma grafia usada pelos redatores. Os próprios redatores do periódico se desculpam pelos erros ortográficos ocasionais, justificando-os pela falta de familiaridade dos impressores americanos com a língua portuguesa. Foram evitadas correções em eventuais diferenças de pontuação entre os textos do jornal e a nossa norma corrente, uma vez que a pontuação usada no periódico está, de maneira geral, de acordo com o ritmo e o gosto de cada redator do jornal e do momento de sua publicação.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	13
INTRODUÇÃO	15
<i>Modernidade a partir de 1870</i>	15
<i>Uma aurora em Ithaca</i>	22
1 ANTECEDENTES DA <i>AURORA BRASILEIRA</i>	27
<i>Expedição Thayer</i>	27
“ <i>Land Grant Institutions</i> ” e ensino de ciências aplicadas	31
<i>O mentor, Hartt, e o patrono, José Carlos Rodrigues</i>	32
<i>A modernização paulista e as universidades técnicas americanas</i>	37
<i>O Clube Brasileiro de Cornell</i>	42
2 <i>AURORA BRASILEIRA: A MATERIALIDADE DO OBJETO</i>	47
<i>Formato do jornal</i>	47
<i>Aurora brasileira — Editorial</i>	50
<i>Comunicados</i>	52

<i>Sciencias e Letras</i>	56
<i>Noticiário e Crônica Mensal</i>	59
3 AURORA BRASILEIRA: RELAÇÕES INTRATEXTUAIS	61
<i>Progresso, nação e província</i>	61
<i>Francisco Bueno e a educação</i>	76
Educação feminina.....	83
Ensino tecnológico: minas e agricultura	87
<i>Escravidão: um silêncio gritante</i>	91
<i>Poesia na Aurora brasileira</i>	97
4 ALBERTO SALLES: RETRATO DO REPUBLICANO	
QUANDO JOVEM	103
5 ELIAS FAUSTO PACHECO JORDÃO: UM PERCURSO	
EXEMPLAR	115
6 AS CONTRADIÇÕES DA NOSSA MODERNIDADE	135
ÍNDICE ONOMÁSTICO DA AURORA BRASILEIRA	153
BIBLIOGRAFIA	159
<i>Arquivos</i>	159
<i>Periódicos</i>	159
<i>Livros, artigos e teses</i>	160
<i>Fontes eletrônicas</i>	165

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Estudantes brasileiros matriculados em Cornell até 1875.....	43
Tabela 2: Membros do Clube Brasileiro fora de Cornell.....	44
Tabela 3: <i>Aurora brasileira</i> — Editorial (ou Aviso)	51
Tabela 4: Seção Comunicados	53
Tabela 5: Seção Ciências e Letras.....	57
Tabela 6: Artigos publicados na <i>Aurora brasileira</i> — ordem completa de ocorrência.....	141

INTRODUÇÃO

Modernidade a partir de 1870

A bibliografia crítica e historiográfica sobre a Primeira República tem destacado, nos últimos anos, a existência de elementos de continuidade entre aquele momento histórico e as décadas finais do Império, em especial o período a partir de 1870. A matriz dessa linha de abordagem tem possivelmente seu primeiro representante em Gilberto Freyre, no livro *Ordem e progresso*, no qual o autor destaca os elementos de imbricação entre aqueles dois momentos históricos:

Ao procurarmos considerar as relações de República de 89 com o que foi o progresso ou desenvolvimento cultural, quer no Brasil dos últimos anos do Império, quer no já republicano na aparência mas ainda monárquico nas sobrevivências mais íntimas — inclusive as de formas de convivência —, o sentido que atribuímos ao adjetivo “cultural” é o compreensivamente sociológico. Designando, portanto, todo um conjunto de valores e de estilos, de técnicas e de hábitos; e não apenas referindo-se aos primores de ciência, de arte e de literatura¹.

1 Freyre, 2004, p. 353.

Dessa maneira, a despeito das óbvias diferenças e mudanças no interior daqueles anos que vão de 1870 a 1930 — sobremaneira representadas pela proclamação da República e pelo fim da escravidão —, os elementos de continuidade vêm à tona quando se abordam temas relativos ao contraditório surgimento da modernidade no Brasil, tais como a emergência do paradigma científico numa sociedade ainda escravocrata; a identificação simples e direta entre nação e conhecimento demarcado do território; a romantizada permanência da literatura como espaço de construção da identidade nacional, em um momento em que a arte já não era mais romântica; a continuidade e a reiteração da centralização de poder, a despeito da mudança de Império a República; e, por último, a permanência do conflito entre, por um lado, o modelo socioeconômico agrário e, por outro, o crescimento das cidades e das classes médias urbanas, conflito este associado à expectativa, por parte dessas camadas emergentes, de mais participação política e da implantação de um modelo econômico baseado em industrialização, o que só viria a ocorrer de maneira decisiva com a Revolução de 1930.

Tomando por base essa perspectiva de continuidade, podemos entender, entre outros, os esforços empreendidos por Nísia Trindade Lima em *Um sertão chamado Brasil*, onde a autora vincula a recorrência, nas três primeiras décadas do século XX, dos temas sertão, povoamento, civilização, nacionalidade, saneamento e ciência — formadores de uma matriz de interpretação do Brasil — à sua emergência como conjunto de interesses da nossa geração de 1870 (Lima, 1999).

A mesma direção já havia sido apontada, há mais de 20 anos, por Francisco Foot Hardman, ao analisar documentos literários e culturais em torno do drama da construção da ferrovia Madeira-Mamoré, entre 1907 e 1912, e suas relações com as aspirações de modernidade de parte da sociedade brasileira nas décadas iniciais do século XX, no livro *Trem-fantasma* (Hardman, 1988). Em um ensaio intitulado “Antigos modernistas”, Foot Hardman segue pela afirmação explícita da necessidade de retroceder o pensamento sobre a modernidade no Brasil às décadas finais do século XIX, sobretudo como posicionamento crítico diante do reducionismo de nossa visão sobre o modernismo, por sua vinculação ao conceito estreito de vanguarda (Hardman, 1992).

Da mesma maneira, Eliana de Freitas Dutra, ao estudar o *Almanaque Garnier* (1903-1914), no ensaio *Rebeldes literários da República*, demonstra que a conjuntura histórica presente nesse e em outros almanaques contemporâneos aponta para um marco temporal bastante homogêneo, que vai da segunda metade do século XIX às primeiras décadas do século XX (Dutra, 2005).

Na esteira de Foot Hardman, Luciana Murari constrói uma densa análise da relação entre homem e natureza na produção intelectual brasileira entre 1870 e 1922, com vistas a compreender a inserção da intelectualidade nos projetos de uma modernidade cultural, política, social e econômica da nação, que, se parece emergir com clareza nas reflexões dos modernistas de 1922, é constitutiva da imbricação dos polos romântico e realista que perpassa a nossa literatura das décadas finais do século XX, assim conformando já o caráter do modernismo².

Um outro importante exemplo da necessidade de voltarmos aos anos 1870 para a compreensão de eventos e mudanças socioculturais que têm lugar já nos estertores da Primeira República são os estudos de Carlos Eduardo Ornelas Berriel sobre as obras de Paulo Prado e de Eduardo Prado. Em uma análise detalhada da obra de Paulo Prado — mecenas da Semana de Arte Moderna de 1922 —, Berriel mostra que vários dos conflitos e das opções que se apresentaram aos nossos modernistas têm suas origens nos embates de Eduardo Prado (tio de Paulo Prado) com a cultura brasileira, ainda nos primeiros anos da República (quando os nossos jovens da geração de 1870 já são homens maduros), embates esses que, por sua vez, estão em larga medida lastreados nos debates da Geração de 70 em Portugal sobre os mesmos temas da nação e da modernidade. Assim, a problematização da modernidade e da civilização na cultura brasileira, a partir de 1870, tem relações com as mesmas questões ora colocadas por intelectuais como Antero de Quental, Oliveira Martins, Teófilo Braga e Eça de Queirós. O apartamento de Eduardo Prado em Paris, na década de 1880 e começo da década de 1890, constitui, como mostra Berriel, um microcosmo da modernidade como problema, lugar de atração tanto da geração portuguesa do Cenáculo quanto de intelectuais brasileiros que frequentavam a capital

2 Murari, 2009, p. 28.

francesa, tais como Joaquim Nabuco, Barão do Rio Branco, José Veríssimo, Olavo Bilac e Oliveira Lima (Berriel, 2000; Berriel, 2003).

As observações e direções de pesquisa de Nísia Trindade Lima, Francisco Foot Hardman, Eliana de Freitas Dutra, Luciana Murari e Carlos Berriel, entre outros³, possibilitam-nos, portanto, tomar como hipótese, ainda que ela não esteja necessariamente explicitada nos textos de todos aqueles autores, a existência de um *longo século XIX*⁴.

Cabe lembrar que a perspectiva de um reordenamento da periodização, que leva à assunção do conceito de um longo século XIX, não sobressai somente no trabalho de historiadores sociais, historiadores da cultura, antropólogos e sociólogos. De fato, um dos primeiros estudiosos do século XIX a apontar a extensão de seu marco temporal até a década de 1920 foi Alexandre Eulálio, historiador e crítico da literatura brasileira. Em conferência historiográfica sobre a literatura mineira do século XIX, feita ainda em 1980, Eulálio afirmava categoricamente que “[...] o fim de século em Minas havia de se prolongar estilística e ideologicamente, nas suas linhas de força decisivas, até cerca de 1920”⁵.

Dessa forma, a investigação da passagem brasileira à modernidade, seja ela literária, política, econômica ou cultural — passagem desde sempre marcada pelo signo das contradições —, parece demandar um retorno ao marco temporal da década de 1870, quando a literatura, as instituições científicas e culturais, os projetos políticos para a nação, o modo de produção, as cidades e mesmo a consciência sobre a paisagem do sertão iniciaram um longo e complexo processo de mudança em direção à modernidade.

3 De maneira um pouco mais difusa, mas com o mesmo espírito de amalgamar num mesmo contexto as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, devemos lembrar os importantes trabalhos de Nicolau Sevcenko sobre o tema (Sevcenko, 1983; Sevcenko, 1992), e o ensaio de José Murilo de Carvalho sobre a permanência da tradição imperial na Primeira República (Carvalho, 1999).

4 O reconhecimento da não identificação entre a passagem temporal dos séculos e os movimentos das sociedades e das culturas leva a que muitos estudiosos, como é aqui o caso, lancem mão da ideia de séculos longos ou curtos. Sobre esta possibilidade, lembro as palavras de Dermeval Saviani: “O uso da categoria século para organizar a narrativa historiográfica é recorrente entre os historiadores. Conscientes, porém, de que os momentos significativos que marcam as eras ou os períodos históricos não coincidem com a passagem de um a outro século conforme a contagem cronológica, os historiadores são levados a flexibilizar a referida categoria lançando mão de expressões como ‘breve século’ ou ‘longo século’. Assim, não apenas o início e o término dos séculos históricos não coincidem com aqueles dos séculos cronológicos, como pode haver superposição entre eles, situação em que determinado século pode ter o seu término em data posterior ao início do século seguinte”. Ver Saviani, 2006, p. 9.

5 Eulálio, 1992, p. 118.

O jornal *Aurora brasileira* constitui texto privilegiado para um estudo sobre esse processo de mudança social, econômica, política, cultural e científica. O periódico foi publicado entre 1873 e 1875 na Universidade Cornell, em Ithaca, cidade ao norte do estado de Nova York, EUA, por um grupo de estudantes brasileiros que para lá se dirigiu a fim de estudar engenharia, agricultura e ciências naturais. Trata-se de uma forma específica de viagem de conhecimento. Esses estudantes eram, em sua maioria, filhos da riqueza do café na fronteira agrícola do Oeste Paulista, e vinham de cidades como Campinas, Rio Claro, Itu, Sorocaba e Jundiaí, todos ligados ao ideário republicano e à diversificação do modelo econômico brasileiro, aspirantes a uma visão modernizante de mundo, para além da monocultura cafeeira. A origem desses jovens numa zona de fronteira em expansão é por si mesma um signo das mudanças sociais, culturais, econômicas e políticas que têm início em 1870. Dessa forma, o jornal *Aurora brasileira*, que tem o subtítulo “Periódico literário e noticioso”, traz em suas páginas um conjunto de matérias sobre nação, literatura, República, imaginário científico, educação liberal, progresso e modernidade, que vêm ao encontro do estudo da passagem do Império à República e da análise das vicissitudes da emergência da modernidade na sociedade brasileira.

Cabe destacar que esta investigação sobre a *Aurora brasileira* procura se vincular a uma visão dos periódicos que não se limita a tomá-los como fontes primárias para investigações de variada natureza, mas como objetos que devem ser considerados e analisados em sua inteireza, dotados que são de unidade narrativa e estrutural. Assim é que um periódico, ainda que legitimamente permaneça como fonte para a história social, a sociologia, a política, a história da educação, a história da literatura, a história da ciência e para outras áreas do conhecimento, cada vez mais deve ser visto ele mesmo como literatura e como agente no espaço cultural, e não apenas como fonte de outras ordens de conhecimento. Essa modificação da maneira pela qual vemos os periódicos é sobretudo eficiente quando nos dirigimos a um momento histórico como o século XIX brasileiro, quando há uma estreita relação entre os afazeres literário, jornalístico, historiográfico e científico.

Em estudo sobre o jornal *O novo mundo*, periódico publicado entre 1870 e 1879 em Nova York, por José Carlos Rodrigues, que se constituía em modelo para os editores da *Aurora brasileira*, Gabriela Vieira de Campos

coloca com clareza o problema das tradicionais fronteiras entre literatura e periódico: “Até que ponto o jornal era literário? E até que ponto não era? Era muito curiosa a relação que se estabelecia dentro de *O novo mundo* a respeito do papel da literatura para uma sociedade que necessitava de progresso”⁶. A autora faz uma investigação minuciosa dessa problemática no âmbito daquele jornal, de uma maneira geral, em relação ao lugar dos periódicos no século XIX brasileiro, chegando à seguinte conclusão:

Quase nenhuma atenção se dá ao jornal, esse meio de difusão de ideias de aspecto aparentemente caótico.

No entanto, discutem-se muito a simbiose do escritor com o jornal — é esse o início de sua profissionalização — e os efeitos diretos para a literatura. O escritor escreve direta ou indiretamente para o jornal: o redator do jornal é um folhetinista — ou quase cronista —, é um narrador de ficção em alguns momentos; o jornalista do século XIX nada tem a ver com a figura de um repórter em busca de notícias, o fato imediato que deve ser sobretudo preciso... O jornalista é o escritor.

O escritor tem que considerar ainda que o meio é efêmero, que as palavras duram muito pouco... Entretanto, o aspecto volátil dos jornais é relativizado pelas *coleções* (alguns jornais poderiam ser reunidos em coleções depois de um ano), pela presença dos folhetins que poderiam ser guardados...⁷

Gabriela Campos, portanto, propõe a possibilidade de uma leitura autônoma — mas não descontextualizada — dos periódicos, em especial num ambiente como o do nosso século XIX, realçando sobretudo o aspecto de conjunto que certos periódicos apresentavam a partir de um agrupamento de edições. Cabe ressaltar que não está em jogo na afirmação da autora, nem se deve sugerir ou endossar, que o jornalismo seja o mesmo que ficção, ou que não existam diferenças entre literatura de ficção, história e jornalismo. Uma noção ampla de “literatura” não se confunde com a defesa ingênua da superposição do ficcional sobre outras formas de discurso, cuja autonomia, diferença e finalidade permanecem, em cada caso, resguardadas.

A Aurora brasileira se enquadra nessa perspectiva de análise, uma vez que constitui um texto unitário, um conjunto coeso, tal como as coleções

6 G. V. de Campos, 2001, p. 14.

7 Idem, op. cit., p. 182. Grifo no original.